



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Abril/2025 #51



Universidade
de Fortaleza



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Abril/2025 #51

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Felipe Albuquerque Sobral e Silva

Coordenador Curso de Economia UNIFOR

Prof. Allisson David de Oliveira Martins

Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas -
NUPE

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza - Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 51ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Ricardo Aquino Coimbra, professor da Universidade de Fortaleza, intitulado “**Selic em 14,75%: Chegamos ao teto ou ainda há espaço para novas altas?**”. Na sequência da presente edição, o leitor encontrará: um panorama sobre a economia internacional; o resultado das atividades econômicas do Brasil, Nordeste e Ceará, detalhado por setores de produção da economia; a performance do mercado de trabalho; e a balança de comércio exterior do Ceará, Nordeste e Brasil.

Boa Leitura!



OPINIÃO:

SELIC EM 14,75%: CHEGAMOS AO TETO OU AINDA HÁ ESPAÇO PARA NOVAS ALTAS?

Ricardo Aquino Coimbra*

A elevação da taxa Selic, pelo Banco Central, para 14,75% ao ano, marcando o maior nível em quase duas décadas, em maio de 2025, sinaliza o desafio que a autoridade monetária enfrenta ao tentar controlar uma inflação que insiste em permanecer acima da meta, mesmo em um contexto de desaceleração econômica e incertezas fiscais. A grande questão que se impõe agora é: estamos diante do teto da Selic ou ainda há margem para novas elevações?

Ao elevar a Selic novamente, o Banco Central justifica a medida com base no quadro inflacionário resistente, especialmente no setor de serviços, que tem sido mais sensível à demanda interna aquecida. A inflação de março alcançou 5,5% no acumulado de 12 meses, ultrapassando com folga a meta de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual. A comunicação do Copom foi clara ao afirmar que novas decisões dependerão da persistência inflacionária e da condução da política fiscal - ou seja, o ciclo de aperto monetário ainda não está, necessariamente, encerrado.

Segundo o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, o mercado financeiro projeta que a Selic terminará 2025 em 14,75% e encerrará 2026 em 12,5%. Esse cenário indica uma estabilização no curto prazo, com possível redução a partir do segundo semestre do próximo ano - desde que as condições macroeconômicas permitam.

Contudo, alguns analistas mais conservadores, como Fernanda Guardado, economista-chefe para a América Latina do BNP Paribas, acreditam que a Selic pode se manter em 15% até meados de 2026. Essa expectativa se apoia em fatores como o risco fiscal persistente, o crescimento dos gastos públicos e as dificuldades para aprovação de reformas estruturais, que comprometem a confiança dos investidores e pressionam a curva de juros futuros.

Existem fatores que podem sustentar juros altos e algumas variáveis importantes justificam a cautela do Banco Central, como: inflação de serviços resistente, influenciada por um mercado de trabalho ainda robusto; expectativas desancoradas, com previsões de inflação para 2025 e 2026 acima da meta; risco fiscal elevado, agravado pela expansão de gastos sem contrapartida clara de receitas; e incertezas externas, como a política monetária nos EUA, que ainda se mantém em patamar restritivo, e a volatilidade dos preços das commodities. Ou seja, esses elementos, juntos, criam um ambiente de pressão que impede o início de um ciclo de afrouxamento monetário no curto prazo.

Apesar da Selic estar em um nível bastante elevado, o próprio Banco Central deixou aberta a possibilidade de novas altas. A nota da última reunião do Copom reforçou que a continuidade do aperto dependerá da dinâmica da inflação e da credibilidade das âncoras fiscais. Ou seja, se houver nova deterioração nas expectativas inflacionárias, principalmente se combinada com sinais de expansão fiscal desordenada, o Copom poderá se ver forçado a seguir elevando os juros - ainda que o custo disso em termos de crescimento econômico seja significativo.

Por outro lado, muitos economistas argumentam que novos aumentos da Selic poderiam ser contraproducentes. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), por exemplo, alertou para os efeitos adversos do juro elevado sobre a atividade produtiva, o crédito e o investimento privado. Nesse contexto, o juro já está em patamar suficientemente restritivo para conter pressões de demanda.

Diante desse quadro, um cenário em equilíbrio instável, é razoável dizer que a política monetária brasileira está em uma encruzilhada. A Selic em 14,75% parece próxima de seu limite funcional - ou seja, o ponto em que seus efeitos negativos sobre a economia podem superar os benefícios esperados no controle da inflação.

Entretanto, enquanto persistirem riscos fiscais, desconfiança dos agentes econômicos e

* Professor da Universidade de Fortaleza (Unifor). Conselheiro Corecon-Ce. Conselheiro Apimec Brasil. Acadêmico ACE. Mestre em Economia UFC/Caen. Instagram: [@ricardocoimbraoficial](https://www.instagram.com/ricardocoimbraoficial). Email: ricardo.coimbra@unifor.br.

inflação acima da meta, o Banco Central não poderá garantir que esse seja, de fato, o ponto final do ciclo de alta.

Assim, a resposta à pergunta "este é o teto da Selic?" não é simples. Muito mais do que um número, a Selic é reflexo de um equilíbrio delicado entre política fiscal, expectativas de mercado, inflação corrente e credibilidade institucional. O mais provável, no curto prazo, é que a Selic permaneça elevada, com possibilidade de estabilidade por alguns trimestres. No entanto, se o cenário fiscal piorar ou a inflação mostrar nova aceleração, o Copom poderá ser compelido a adotar novas elevações - ainda que isso represente um custo significativo para o crescimento econômico. E o cenário revertendo, uma pequena redução iniciando no final do ano.

PANORAMA INTERNACIONAL

O cenário econômico global segue marcado por desafios significativos, refletidos em uma tendência generalizada de desaceleração nas principais economias do mundo. As projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2024 e 2026 indicam um ritmo mais moderado de crescimento, influenciado por incertezas externas, políticas monetárias restritivas, tensões geopolíticas e dificuldades fiscais.

Na América Latina, a Argentina enfrentou retração expressiva de -2,8% em 2024, resultado de desequilíbrios fiscais, volatilidade cambial e inflação persistente. Ainda assim, há expectativa de recuperação nos anos seguintes, com crescimento projetado de 5,0% em 2025 e 4,7% em 2026, impulsionado por reformas estruturais e estímulos econômicos pontuais. Segundo reportagem da Reuters (abril de 2025), o governo argentino tem adotado políticas para estabilizar o mercado cambial e fomentar investimentos, especialmente nos setores de agroindústria e mineração. Apesar das projeções otimistas, o país segue vulnerável à instabilidade política e à elevada dependência das exportações.

O Brasil apresentou crescimento de 3,2% em 2024, e deve registrar uma desaceleração para 2,2% em 2025 e 2,3% em 2026. De acordo com o Valor Econômico (março de 2025), esse desempenho é sustentado pela retomada dos investimentos em infraestrutura e pelo bom momento do setor de commodities. No entanto, o país ainda enfrenta desafios estruturais, como o desequilíbrio fiscal e a dependência da demanda externa, que limitam o potencial de crescimento.

Na Ásia, a Índia se destaca como uma das economias mais dinâmicas do mundo, com crescimento estimado de 6,5% em 2024, subindo para 6,7% em 2025 e mantendo esse patamar em 2026. Relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI, março de 2025) apontam como motores desse desempenho os investimentos em infraestrutura, tecnologia, o crescimento da classe média e a urbanização acelerada. Apesar disso, o país ainda precisa lidar com desafios estruturais, como o envelhecimento populacional e deficiências em infraestrutura básica.

Os Estados Unidos mostram sinais de desaceleração, com crescimento de 2,8% em 2024, recuando para 2,3% em 2025 e 2,0% em 2026. Conforme destaca a CNBC (maio de 2025), a política de juros elevados implementada pelo Federal Reserve, como resposta à inflação persistente, tem impactado negativamente o consumo e os investimentos, além da guerra tarifária. Apesar disso, o país mantém forças estruturais importantes, como a inovação tecnológica e um mercado de trabalho robusto, embora enfrente riscos decorrentes da instabilidade política.

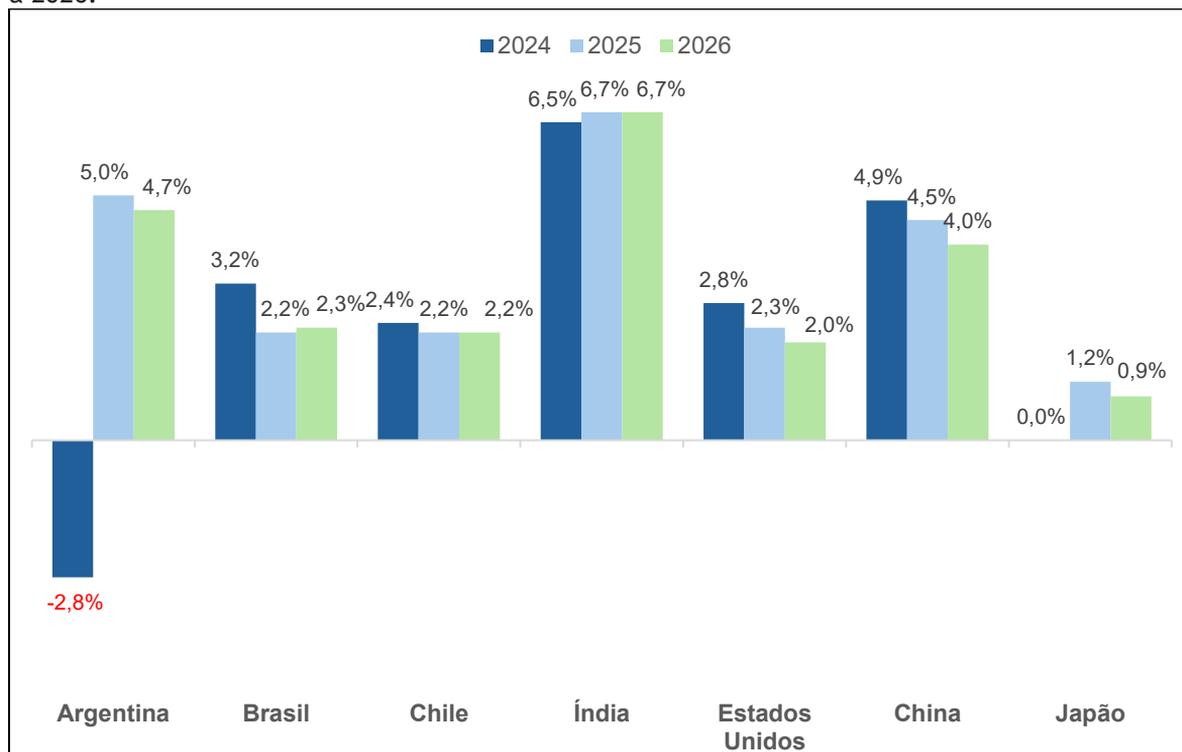
A China mantém um crescimento sólido, mas em trajetória de desaceleração: 4,9% em 2024, 4,5% em 2025 e 4,0% em 2026. De acordo com a Financial Times (abril de 2025), os principais entraves são o excesso de estoques no setor imobiliário e as tensões comerciais com os Estados Unidos. Ainda assim, o governo chinês segue investindo fortemente em consumo interno, inteligência artificial, semicondutores e energia limpa como forma de sustentar o crescimento. Os desafios demográficos e os elevados níveis de endividamento seguem como entraves relevantes.

O Japão apresenta uma recuperação mais tímida, saindo de um crescimento nulo em 2024 para projeções de 1,2% em 2025 e 0,9% em 2026. Segundo o The Economist (março de 2025), o país aposta em inovação, automação e energias renováveis como estratégia para mitigar os efeitos do envelhecimento populacional e da escassez de mão de obra. O uso crescente de robótica tem sido uma resposta à limitação da força de trabalho.

A análise conjunta dos dados evidencia uma tendência global de desaceleração moderada, especialmente entre as maiores economias, como Estados Unidos e China, prejudicada também pela guerra tarifária. Por outro lado, países como Índia continuam a apresentar taxas expressivas de crescimento, impulsionadas por transformações estruturais e investimentos domésticos. O panorama

atual reflete a complexidade do ambiente econômico internacional, no qual fatores internos e externos continuam a influenciar o ritmo da recuperação mundial.

Gráfico 1 - Crescimento real anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2024 a 2026.



Fonte: World Bank, Global Economic Prospects database - Atualizado em 16/01/2025.

A ATIVIDADE ECONÔMICA E ANÁLISE SETORIAL

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) é um dos principais indicadores utilizados para acompanhar, de forma mensal, a dinâmica da economia brasileira. Considerado uma espécie de “prévia” do Produto Interno Bruto (PIB), o IBC-Br reúne informações relevantes dos setores de comércio, serviços, indústria e arrecadação tributária, sendo uma ferramenta importante para o Comitê de Política Monetária (Copom) na definição da taxa de juros, além de orientar decisões de investimento no setor privado.

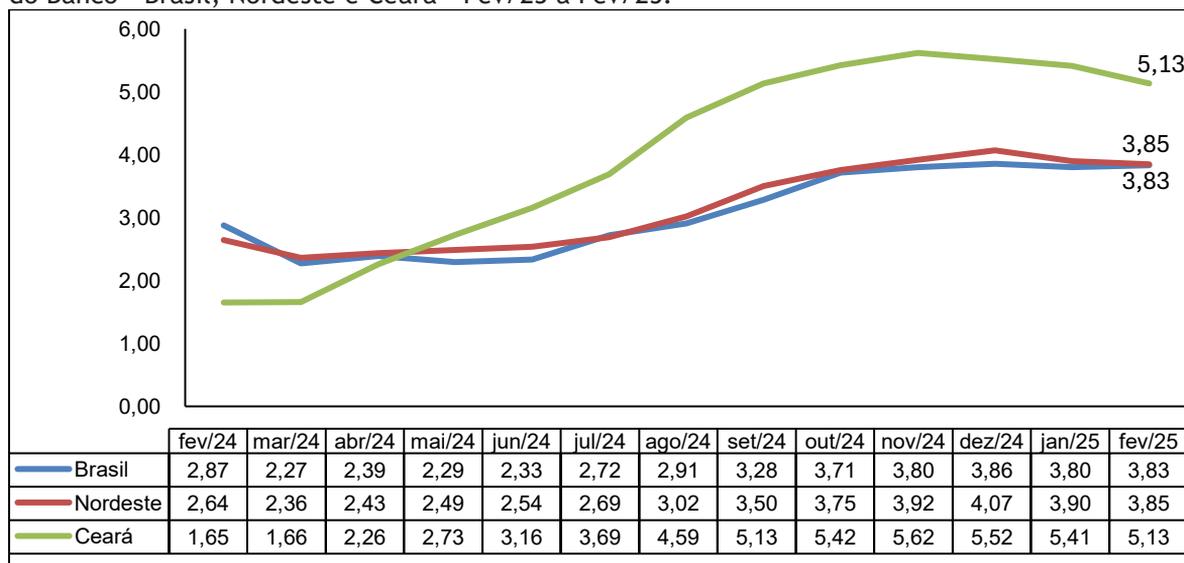
Entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025, o IBC-Br acumulou alta de 3,8%, desempenho superior ao registrado nos 12 meses anteriores (2,9%). Esse crescimento acima das expectativas reflete a resiliência da atividade econômica diante de um cenário de juros elevados. Entre os principais fatores que sustentaram esse dinamismo estão o fortalecimento do mercado de trabalho, a expansão dos serviços – especialmente nos segmentos de informação, comunicação e serviços profissionais –, além da recuperação da indústria de transformação. O aumento da renda per capita e do consumo das famílias, que avançaram 4,7% e 4,8% respectivamente, também contribuiu de forma significativa para esse resultado.

No recorte regional, a região Nordeste superou levemente a média nacional, registrando crescimento de 3,9% no acumulado dos 12 meses encerrados em fevereiro de 2025. Esse desempenho foi impulsionado pela agropecuária e pela indústria de transformação, com destaque para o avanço da produção agroindustrial na área do Matopiba e pelo aumento da renda média da população nordestina desde 2022. Em 2024, o Nordeste encerrou o ano com expansão de 4,07%, impulsionada também por atividades como turismo, comércio varejista e investimentos em energias renováveis.

Dentro da região, o Ceará se consolidou como o principal vetor de crescimento. Em 2024, o estado apresentou um avanço de 5,5% no IBC-Br – o maior crescimento registrado nos últimos 14 anos. O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) estima que o PIB estadual tenha crescido 6,49% no mesmo período, superando a média nacional.

No início de 2025, no entanto, observa-se uma leve desaceleração nos três recortes analisados (Brasil, Nordeste e Ceará), em linha com a retração registrada no IBC-Br nacional entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025. A persistência de uma taxa Selic elevada – no maior patamar em duas décadas –, combinada com tensões no cenário internacional e pressões inflacionárias, contribui para um ambiente de maior cautela. Apesar disso, o risco de uma recessão no curto prazo é considerado baixo, e a economia brasileira continua apresentando sinais de resiliência em diversos setores.

Gráfico 2 - Crescimento acumulado dos últimos 12 meses (%) do Índice de Atividade Econômica do Banco - Brasil, Nordeste e Ceará - Fev/23 a Fev/25.



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB). Elaboração: NUPE/UNIFOR.

O Setor Agrícola

O setor agrícola brasileiro mantém-se como um dos pilares centrais da economia nacional, exercendo papel estratégico tanto no abastecimento interno quanto na geração de divisas por meio das exportações. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) projeta que o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 poderá alcançar até 5%, impulsionado especialmente pelo desempenho do agronegócio – com destaque para a produção primária, a indústria de insumos e a agroindústria exportadora.

A safra 2024/2025 reafirma essa tendência de expansão. Segundo o 7º Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado entre março e abril de 2025, o Brasil deve alcançar um novo recorde na produção de grãos, totalizando 330,3 milhões de toneladas – crescimento de 10,9% em relação à safra anterior (297,7 milhões de toneladas). Esse resultado decorre, principalmente, de uma elevação de 8,6% na produtividade média, que passa de 3.725 kg/ha para 4.045 kg/ha, além de uma expansão de 2,2% na área cultivada, que chega a 81,7 milhões de hectares.

Os avanços tecnológicos, o uso de insumos de maior qualidade, os investimentos em irrigação e a modernização das práticas de manejo são fatores determinantes para esse desempenho positivo. Soja, milho e trigo continuam sendo as culturas de maior expressão, consolidando o Brasil entre os principais exportadores mundiais de commodities agrícolas.

No entanto, esse crescimento ocorre em um contexto climático desafiador. O ano de 2024 foi marcado por recordes de temperatura, baixa precipitação e ocorrência de incêndios em diversas regiões, comprometendo o rendimento de algumas lavouras e revelando a vulnerabilidade do setor frente às mudanças climáticas. A desigualdade regional nos resultados da safra reforça a importância de políticas públicas voltadas à resiliência hídrica, expansão da irrigação e assistência técnica especializada.

No Nordeste, apesar das adversidades climáticas, o cenário é relativamente positivo. A produção de grãos na região deve crescer 7,8%, passando de 28,2 milhões para 30,4 milhões de toneladas. Esse avanço está associado ao uso crescente de tecnologias adaptadas ao semiárido, como sementes

resistentes à seca, irrigação localizada e mecanização de pequenas e médias propriedades. A área cultivada também registra expansão, com alta de 4,9%, alcançando 10,13 milhões de hectares. Estados como Bahia e Maranhão, situados na região do MATOPIBA, seguem liderando esse movimento, beneficiados por melhorias em infraestrutura, inovação tecnológica e acesso a crédito rural.

Em contraste com o panorama nacional e regional, o Ceará enfrenta um ciclo agrícola mais adverso. Para a safra 2024/2025, a Conab estima uma redução de 8,5% na produção total de grãos, que deve recuar de 839,4 mil para 768,1 mil toneladas. A produtividade apresenta queda significativa de 10,1%, passando de 864 kg/ha para 777 kg/ha, ainda que a área cultivada tenha crescido modestamente 1,7% – de 971,5 mil para 988,8 mil hectares. Esse desempenho reflete os impactos de uma estiagem prolongada e de temperaturas elevadas, que contrastam com a quadra chuvosa favorável da safra anterior.

Apesar das perdas pontuais, o agronegócio cearense tem avançado nas últimas décadas, com melhorias consistentes em produtividade, manejo e diversificação produtiva. A adoção de tecnologias e a ampliação da irrigação têm permitido ao estado manter sua importância regional, mesmo diante das limitações impostas pelo clima.

Tabela 1 – Comparativo de área, produtividade e produção de grãos - produtos selecionados (*) - safras 2023/24 e 2024/25 (**) - Brasil, Nordeste e Ceará.

REGIÃO/ UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 23/24	Safra 24/25	VAR. %	Safra 23/24	Safra 24/25	VAR. %	Safra 23/24	Safra 24/25	VAR. %
Ceará	971,5	988,8	1,8	864,0	777,0	-10,1	839,4	768,1	-8,5
Nordeste	9.655,4	10.130,2	4,9	2.921,0	3.001,0	2,7	28.202,8	30.401,6	7,8
Brasil	79.941,2	81.670,8	2,2	3.725,0	4.045,0	8,6	297.749,2	330.328,2	10,9

Fonte: Conab. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (*) Produtos selecionados: Carço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), gergelim, girassol, mamona, milho (1ª, 2ª e 3ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale;

(**) São estimativas geradas pelo Conab em abril de 2025.

O Setor da Indústria

Até fevereiro de 2025, o setor industrial brasileiro apresentou um desempenho moderado. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, a produção física da indústria nacional cresceu 1,3% em relação ao mesmo período de 2024. Dentro desse cenário, o segmento das indústrias de transformação teve avanço de 2,3%, impulsionado principalmente pelos setores de produtos têxteis (+14,4%) e máquinas e equipamentos (+13,0%).

No entanto, o desempenho regional foi desigual. O Nordeste registrou retração de 4,1% nas indústrias de transformação e queda de 3,8% na produção industrial geral. Essa contração foi puxada, sobretudo, pela redução na fabricação de vestuário (-18,9%) e na produção de coque e derivados de petróleo (-18,1%), refletindo fragilidades estruturais, perda de competitividade e desafios logísticos persistentes na região.

O Ceará, por sua vez, apresentou um desempenho relativamente mais estável. A produção industrial do estado caiu apenas 0,1% no período, contrastando com a média negativa da região. Embora o resultado agregado seja levemente negativo, o estado mostrou resiliência e destaque em segmentos estratégicos. A produção têxtil cresceu 26,1%, reforçando o protagonismo como um dos principais polos do setor no país. O setor químico registrou avanço de 32,7%, possivelmente impulsionado por investimentos recentes e reestruturações produtivas. A metalurgia e os produtos de metal também tiveram resultados positivos, com crescimentos de 25,4% e 8,1%, respectivamente, alavancados pela demanda associada ao Complexo do Pecém e à atuação de grandes empresas.

Por outro lado, alguns segmentos registraram retrações expressivas no estado. A produção de máquinas e materiais elétricos caiu 27,9%, enquanto a confecção de vestuário recuou 26,3% e os derivados de petróleo, 25,8%. A produção de bebidas também teve desempenho negativo, com retração de 5,5%. Essas quedas refletem fatores como a redução da demanda interna, aumento dos custos de insumos e a pressão exercida por políticas comerciais internacionais, como as chamadas "Tarifas Trump",

que afetam diretamente exportadores locais. A manutenção da taxa básica de juros (Selic) em patamar elevado também contribuiu para restringir o crédito e frear investimentos no setor produtivo.

Apesar das adversidades, o Ceará conseguiu mitigar os impactos negativos e preservar o desempenho de segmentos estratégicos. Essa estabilidade relativa sugere uma base produtiva em reorganização, com setores em transição para modelos mais tecnológicos e integrados. A continuidade de políticas industriais direcionadas, aliadas ao fortalecimento das cadeias produtivas locais e à ampliação de investimentos em inovação, será fundamental para promover uma retomada mais ampla e sustentável da indústria cearense nos próximos anos.

Tabela 2 - Variação (%) do volume de produção da indústria geral e das atividades industriais-Brasil, Nordeste e Ceará - Acumulado no ano até fevereiro de 2025 ⁽¹⁾.

Atividades de Indústria	Brasil	Nordeste	Ceará
Indústrias de transformação	2,3	-4,1	-0,1
Produtos alimentícios	0,2	-2,3	13,2
Bebidas	-5,4	-2,5	-5,5
Produtos do fumo	-7,4	-	-
Produtos têxteis	14,4	11,5	26,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	4,0	-18,9	-26,3
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,0	-1,0	3,0
Produtos de madeira	-4,3	-	-
Celulose, papel e produtos de papel	-4,0	-9,6	-
Impressão e reprodução de gravações	-3,8	-	-
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-4,7	-18,1	-25,8
Outros produtos químicos	3,7	0,0	32,7
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	5,7	-	-
Produtos de borracha e de material plástico	3,7	10,4	-
Produtos de minerais não-metálicos	3,2	4,5	5,0
Metalurgia	4,4	-2,8	25,4
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	6,0	4,2	8,1
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-1,7	-	-
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8,8	-3,9	-27,9
Máquinas e equipamentos	13,0	-	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	12,0	17,8	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	5,2	-	-
Móveis	10,2	-	-
Produtos diversos	8,7	-	-
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	9,1	-	-
Indústrias extrativas	-4,3	3,8	-
Indústria geral	1,3	-3,8	-0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2025 a fevereiro/2025 (Base: igual período do ano anterior).

O Setor de Serviços

O setor de serviços no Brasil, até fevereiro de 2025, registrou crescimento acumulado de 2,6%. Esse desempenho reflete um ambiente econômico ainda desafiador, marcado por custos operacionais elevados e menor dinamismo em segmentos voltados ao consumo das famílias. Apesar disso, o avanço foi sustentado principalmente pelos Serviços de Informação e Comunicação (+7,9%) e pelos Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares (+2,2%). Subcategorias como Tecnologia da Informação (+14,9%) e Transporte Aéreo (+19,0%) foram os principais motores do crescimento, impulsionadas pela digitalização da economia.

Tabela 3 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado no ano até fevereiro de 2025⁽¹⁾.

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Serviços prestados às famílias	0,6	-0,5	-7,4	0,2
Serviços de alojamento e alimentação	1,2	-	-	-
Alojamento	-3,5	-	-	-
Alimentação	2,9	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-2,8	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	7,9	7,3	2,5	1,5
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	8,8	-	-	-
Telecomunicações	3,4	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	14,9	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	1,2	-	-	-
Serviços profissionais administrativos e complementares	2,2	2,3	2,5	6,4
Serviços técnico-profissionais	1,3	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	2,9	-	-	-
Aluguéis não imobiliários	-1,7	-	-	-
Serviços de apoio às atividades empresariais	4,5	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	0,9	5,6	4,6	-1,3
Transporte terrestre	-3,3	-	-	-
Rodoviário de cargas	-3,4	-	-	-
Rodoviário de passageiros	-4,1	-	-	-
Outros segmentos do transporte terrestre	-1,8	-	-	-
Transporte aquaviário	2,2	-	-	-
Transporte aéreo	19,0	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	4,3	-	-	-
Outros serviços	-1,4	14,7	0,3	12,9
Esgoto, gestão de resíduos, recuperação de materiais e descontaminação	4,2	-	-	-
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	-2,2	-	-	-
Atividades imobiliárias	1,2	-	-	-
Outros serviços não especificados anteriormente	-7,5	-	-	-
Total	2,6	4,9	1,8	1,5

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2025 a fevereiro/2025 (Base: igual período do ano anterior).

Nota (2): O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

Em contrapartida, segmentos como Outros Serviços (-1,4%) e Serviços Prestados às Famílias (+0,6%) apresentaram crescimento modesto ou retração em algumas subatividades, refletindo o impacto da inflação, da elevação dos juros e das mudanças no padrão de consumo, especialmente em atividades como alimentação fora do domicílio, lazer e serviços pessoais.

No Nordeste, o desempenho foi heterogêneo. O Ceará apresentou o maior crescimento acumulado entre os estados analisados, com alta de 4,9% no volume de serviços. Esse resultado foi impulsionado principalmente pelos segmentos de Outros Serviços (+14,7%) e Informação e Comunicação (+7,3%), confirmando a relevância da digitalização e da ampliação do acesso a soluções tecnológicas no estado. Em contraste, os Serviços Prestados às Famílias apresentaram retração de 0,5%, acompanhando a tendência nacional de desaquecimento no consumo de bens e serviços de caráter pessoal.

Em Pernambuco, o crescimento acumulado foi de 1,8%, com destaque positivo para o setor de Transportes (+4,6%). No entanto, os Serviços Prestados às Famílias registraram queda acentuada de 7,4%, o que comprometeu o desempenho agregado do estado. Já na Bahia, o setor de serviços avançou 1,5%, com contribuições relevantes dos Serviços Profissionais (+6,4%) e Outros Serviços (+12,9%). O desempenho negativo do setor de Transportes (-1,3%), contudo, limitou o crescimento total no estado.

A performance do setor de serviços no período reafirma a necessidade de modernização e diversificação das atividades econômicas. No caso do Ceará, a expansão de segmentos ligados à tecnologia e à informação destaca o potencial de desenvolvimento em áreas de maior valor agregado. Para sustentar esse dinamismo e garantir maior resiliência diante de choques macroeconômicos, será fundamental promover a digitalização das empresas locais, investir na qualificação da mão de obra e superar gargalos estruturais – especialmente os logísticos – que ainda limitam a competitividade do setor.

A Atividade do Comércio

No início de 2025, o comércio varejista brasileiro manteve trajetória de crescimento, refletindo a recuperação do consumo das famílias diante de um cenário mais favorável. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 2,3% no acumulado de janeiro e fevereiro, tanto no varejo restrito quanto no ampliado. Esse desempenho foi sustentado pela combinação de fatores como aumento da renda disponível, queda no desemprego e expansão do crédito.

A região Nordeste voltou a se destacar, com resultados superiores à média nacional. No varejo restrito, o Ceará liderou entre os estados analisados, com crescimento de 4,4%, seguido por Pernambuco (2,3%) e Bahia (2,2%). No comércio varejista ampliado, o Ceará novamente se sobressaiu com alta de 6,8%, enquanto Pernambuco registrou 5,3% e a Bahia apresentou estabilidade (0,0%).

Entre os segmentos com melhor desempenho no varejo restrito, destacam-se os artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos. O Ceará apresentou crescimento de 10,9% nessa categoria, superando a média nacional de 4,4%. A Bahia e Pernambuco também registraram avanços, com 8,6% e 0,3%, respectivamente, reforçando a priorização de itens relacionados à saúde e bem-estar por parte da população.

Outro destaque relevante no Ceará foi o crescimento de 17,6% nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria – em contraste com a retração de -2,9% observada no Brasil. Esse desempenho indica um movimento regional de valorização de bens culturais e educacionais, mesmo diante das mudanças nos hábitos de consumo.

No comércio varejista ampliado, os setores de veículos, motocicletas, partes e peças, e de material de construção foram os principais motores de crescimento. A Bahia apresentou alta expressiva de 25,1% no setor automotivo, seguida por Pernambuco (10,2%) e Ceará (8,6%). Já no segmento de material de construção, o destaque foi novamente o Ceará, com crescimento de 20,9%, e Pernambuco, com 8,0%. Tais números refletem o aquecimento do setor da construção civil e o avanço de projetos residenciais e comerciais em diversas regiões nordestinas.

Apesar do bom desempenho geral, alguns segmentos apresentaram retrações. O caso mais significativo foi o do comércio atacadista especializado em alimentos, bebidas e fumo na Bahia, que registrou queda de -27,5% no varejo ampliado. Esses recuos pontuais apontam a necessidade de maior atenção às dinâmicas de abastecimento, logística e variação de preços, especialmente em setores com

margens mais sensíveis.

De modo geral, o comércio nos estados nordestinos demonstrou forte capacidade de adaptação e retomada, com o Ceará consolidando-se como um polo de destaque. O dinamismo observado está ligado não apenas à recuperação da demanda, mas também à atuação mais estratégica do varejo local, que tem investido na digitalização, diversificação de produtos e no atendimento a novos perfis de consumidores.

Tabela 4 - Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado no ano até fevereiro de 2025⁽¹⁾.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio varejista	2,3	4,4	2,3	2,2
Combustíveis e lubrificantes	1,4	11,2	-3,6	0,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,2	-0,1	1,5	1,8
Hipermercados e supermercados	1,8	0,4	1,7	2,0
Tecidos, vestuário e calçados	5,3	8,5	2,7	2,4
Móveis e eletrodomésticos	6,9	4,1	13,0	4,9
Móveis	-0,2	11,8	5,4	-0,6
Eletrodomésticos	8,9	0,3	15,3	10,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,4	10,9	0,3	8,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-2,9	17,6	6,6	-15,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-0,5	4,7	-6,6	-8,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,7	11,6	8,2	-0,3
Comércio varejista ampliado	2,3	6,8	5,3	0,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	9,5	8,6	10,2	25,1
Material de construção	6,7	20,9	8,0	-0,5
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-8,4	6,2	10,5	-27,5

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (1) Variação acumulada de janeiro/2025 a fevereiro/2025 (Base: igual período do ano anterior).

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

O mercado de trabalho formal brasileiro, em março de 2025, manteve sua trajetória de recuperação, com a criação de 71 mil vagas líquidas de emprego, segundo dados ajustados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). Embora esse número seja inferior ao registrado em fevereiro, quando foram criados 437,1 mil postos formais, o desempenho confirma a continuidade da tendência positiva iniciada no começo do ano, acumulando um saldo de 654,5 mil novos empregos formais no primeiro trimestre.

O resultado nacional reflete um ambiente de confiança moderada por parte dos empregadores e uma expansão consistente da força de trabalho, especialmente nos setores de serviços e indústria. A desaceleração observada em março segue um padrão sazonal comum, já que os primeiros meses do ano costumam concentrar maior volume de contratações, muitas delas de caráter temporário.

No recorte regional, o Nordeste apresentou uma reversão no desempenho, com fechamento de 13,2 mil vagas em março, após um saldo positivo expressivo de 40,1 mil empregos em fevereiro. A queda sugere um ajuste pontual no mercado, influenciado por fatores sazonais e pela redução no ritmo de contratações em setores como comércio e agropecuária, que haviam impulsionado os resultados no mês anterior.

No caso do Ceará, o mercado de trabalho também registrou retração em março, com saldo negativo de 2,6 mil postos de trabalho formais. Esse desempenho contrasta com o mês de fevereiro, quando o estado havia gerado 6,5 mil empregos. A variação pode ser explicada por uma recomposição dos quadros após contratações temporárias no início do ano, além de uma desaceleração em setores como serviços e construção civil, impactados por ajustes orçamentários e menor ritmo de execução de obras públicas.

Apesar da queda pontual observada em março, o balanço do primeiro trimestre permanece positivo. A continuidade desse movimento dependerá da manutenção de um ambiente macroeconômico favorável, com controle da inflação, estímulo à atividade produtiva e expansão do crédito, além de políticas públicas voltadas à qualificação profissional e geração de emprego em setores estratégicos.

Tabela 5 - Evolução mensal de admissões, desligamentos e saldo - Brasil, Nordeste e Ceará (mil pessoas) - março/2024 a março/2025 ⁽¹⁾.

Período	Brasil				Nordeste				Ceará			
	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%(²)	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%	Adm.	Deslig.	Sald.	Var.%
mar-24	2.285,9	2.040,5	245,4	0,53	294,7	277,6	17,0	0,22	49,7	43,2	6,4	0,47
abr-24	2.283,1	2.043,5	239,6	0,52	293,7	269,7	24,0	0,31	51,0	45,4	5,6	0,41
mai-24	2.142,0	2.002,9	139,1	0,30	290,5	256,1	34,3	0,45	52,9	45,8	7,2	0,52
jun-24	2.092,0	1.885,7	206,2	0,44	287,4	238,7	48,7	0,63	53,3	45,8	7,5	0,54
jul-24	2.206,1	2.014,6	191,5	0,41	304,6	264,0	40,6	0,52	55,3	51,9	3,4	0,24
ago-24	2.253,8	2.014,4	239,4	0,51	336,6	261,3	75,3	0,97	58,9	48,6	10,3	0,74
set-24	2.183,0	1.930,3	252,7	0,53	323,3	244,1	79,2	1,00	55,4	45,7	9,7	0,69
out-24	2.236,0	2.103,5	132,5	0,28	298,0	278,9	19,2	0,24	53,9	50,9	3,0	0,21
nov-24	1.994,7	1.887,5	107,1	0,22	275,3	249,8	25,5	0,32	49,8	45,3	4,5	0,32
dez-24	1.532,9	2.081,9	-549,0	-1,15	212,9	271,8	-58,9	-0,74	36,8	43,3	-6,6	-0,46
jan-25	2.300,9	2.155,0	145,8	0,31	308,1	306,1	2,0	0,02	54,4	54,8	-0,4	-0,03
fev-25	2.603,1	2.166,0	437,1	0,92	340,4	300,3	40,1	0,50	60,6	54,2	6,5	0,46
mar-25	2.234,7	2.163,1	71,6	0,15	282,5	295,7	-13,2	-0,17	48,0	50,6	-2,6	-0,19
Acum. do Ano	7.138,6	6.484,1	654,5	1,4	931,0	902,1	28,9	0,4	163,0	159,5	3,4	0,2
Acum. dos últimos 12 meses	26.062,2	24.448,4	1.613,8	3,5	3.553,3	3.236,5	316,8	4,1	630,4	582,4	48,0	3,5

Fonte: Novo Caged - SEPR/ME (2024). Elaboração: NUPE/UNIFOR. Notas: (1) Dados do Novo Caged com ajuste para 2024 e 2025. (2) A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior, sem ajustes.

O COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

Em abril de 2025, o comércio exterior brasileiro apresentou desempenho estável, com a corrente de comércio somando US\$ 52,67 bilhões – um crescimento de 0,8% em relação a abril de 2024. As exportações totalizaram US\$ 30,41 bilhões, com leve alta de 0,3%, enquanto as importações atingiram US\$ 22,26 bilhões, registrando variação positiva de 1,6%. Como resultado, a balança comercial encerrou o mês com superávit de US\$ 8,15 bilhões, uma redução de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse recuo decorre do ritmo mais acelerado das importações frente às exportações, sinalizando um movimento de recomposição de estoques e aumento da demanda interna por insumos produtivos.

No acumulado de janeiro a abril, o saldo comercial brasileiro foi de US\$ 17,73 bilhões – queda de 34,2% em relação ao mesmo período de 2024. As exportações somaram US\$ 107,30 bilhões (-0,7%), enquanto as importações cresceram 10,4%, alcançando US\$ 89,58 bilhões. A corrente de comércio no quadrimestre foi de US\$ 196,88 bilhões (+4,1%), refletindo maior dinamismo nas trocas comerciais, embora com redução no superávit. No acumulado de 12 meses, as exportações permaneceram praticamente estáveis, totalizando US\$ 336,31 bilhões, e as importações alcançaram US\$ 271,33 bilhões, resultando em um superávit de US\$ 64,98 bilhões. A corrente de comércio nesse intervalo foi de US\$ 607,65 bilhões (+3,5%).

No recorte regional, a região Nordeste apresentou retração nas trocas comerciais em abril. As exportações somaram US\$ 1,87 bilhão, uma queda de 8,7% em relação a abril de 2024, enquanto as importações recuaram 7,2%, totalizando US\$ 2,29 bilhões. O saldo comercial da região permaneceu deficitário em US\$ 421,3 milhões, sem alterações significativas. A corrente de comércio regional foi de US\$ 4,15 bilhões no mês (-7,9%).

No acumulado de janeiro a abril, as exportações nordestinas cresceram 3,2% e alcançaram US\$ 7,50 bilhões, enquanto as importações aumentaram 9,6%, totalizando US\$ 9,21 bilhões. Com isso, o déficit

da balança comercial regional subiu 49,9%, atingindo US\$ 1,71 bilhão. A corrente de comércio acumulada foi de US\$ 16,71 bilhões (+6,6%). Nos últimos 12 meses, as exportações da região totalizaram US\$ 25,41 bilhões (+3,0%), e as importações US\$ 29,52 bilhões (+12,4%), ampliando o déficit para US\$ 4,11 bilhões – um aumento de 159,3%. A corrente de comércio chegou a US\$ 54,93 bilhões (+7,9%). Esses números indicam um aprofundamento do desequilíbrio estrutural na balança comercial regional, marcado pela dependência de produtos industriais importados e pela dificuldade em ampliar o valor agregado das exportações.

No Ceará, abril foi marcado por avanço significativo nas exportações, que cresceram 38,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior, totalizando US\$ 151,8 milhões. As importações também aumentaram, embora em ritmo mais moderado (+6,6%), somando US\$ 262,7 milhões. A corrente de comércio cearense foi de US\$ 414,5 milhões no mês (+16,3%), enquanto o déficit comercial, apesar de persistente, caiu 18,7%, ficando em US\$ 110,9 milhões.

No acumulado de janeiro a abril, o Ceará exportou US\$ 500,7 milhões (+19,7%) e importou US\$ 981,8 milhões (+1,0%), acumulando um déficit de US\$ 481,1 milhões – melhora de 13,1% frente ao mesmo período de 2024. A corrente de comércio no estado somou US\$ 1,48 bilhão (+6,6%).

Entretanto, no horizonte de 12 meses, o desempenho estadual foi menos favorável. As exportações totalizaram US\$ 1,55 bilhão (-14,8%) e as importações US\$ 3,04 bilhões (-3,2%), resultando em um déficit de US\$ 1,49 bilhão – piora de 12,7%. A corrente de comércio atingiu US\$ 4,59 bilhões, com retração de 7,5%. Esses dados mostram que, apesar do avanço recente nas exportações, o Ceará ainda mantém um padrão estrutural deficitário, com forte dependência de bens e insumos importados.

De forma geral, o desempenho do comércio exterior em abril de 2025 revela um cenário de moderação das trocas internacionais, com destaque para o aumento das importações, refletindo maior dinamismo da demanda interna. No entanto, tanto o Nordeste quanto o Ceará seguem enfrentando desafios estruturais, evidenciados pelo aumento dos déficits comerciais.

Tabela 6 - Volume de exportações, importações, saldo e corrente da balança comercial (R\$ milhões) - Brasil, Nordeste e Ceará ⁽¹⁾.

País, Região e Estado	Exportações		Importações		Saldo		Corrente Comercial	
	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %	US\$ Milhões	Var. %
Brasil								
Abril de 2025	30.409,3	0,3	22.255,9	1,6	8.153,4	-3,3	52.665,1	0,8
Acumulado do Ano	107.304,6	-0,7	89.576,1	10,4	17.728,5	-34,2	196.880,7	4,1
Acumulado 12 meses	336.314,9	-2,5	271.334,6	11,9	64.980,3	-36,5	607.649,5	3,5
Nordeste								
Abril de 2025	1.865,7	-8,7	2.287,0	-7,2	-421,3	0,2	4.152,7	-7,9
Acumulado do Ano	7.498,4	3,2	9.212,2	9,6	-1.713,8	-49,9	16.710,5	6,6
Acumulado 12 meses	25.411,4	3,0	29.519,7	12,4	-4.108,3	-159,3	54.931,1	7,9
Ceará								
Abril de 2025	151,8	38,0	262,7	6,6	-110,9	18,7	414,5	16,3
Acumulado do Ano	500,7	19,7	981,8	1,0	-481,1	13,1	1.482,5	6,6
Acumulado 12 meses	1.551,1	-14,8	3.037,8	-3,2	-1.486,7	-12,7	4.588,9	-7,5

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (1) As variações do acumulado do ano e do acumulado dos 12 meses referem-se a comparações com o mesmo período anterior.

Autores:

Alexandra Carla Elias Oliveira
Alvaro Gustavo Pinheiro Diogenes
Antônio Adelmar Vidal Martins
Antonio Genilson Pereira Lopes
Caio Vinicius de Oliveira E Silva
Cauê Araújo Neira
Daniel Alves De Almeida
Erinaide Leitao Da Cruz
Francisco Wilton Silva de Araújo
Gabriel Allexandre Flores Schmid
Glaubert Alencar Giffony
Guilherme Miranda Soares
Guilherme Vieira de Santana Mota
Gustavo Lopes Brasil da Silveira
Hugo Pereira Neto
Isaiás Willame da Silva Marreiro
Kaio Correia Bezerra
Lucas Maciel Do Nascimento
Lucas Rodrigues Sousa da Silva
Luís Artur Costa Vale
Maria Consuelo Silva de Sousa
María de Fátima de Sousa Carvalho
Orleandro Damasceno Buson Filho
Pedro Alex Braga da Costa
Rafael Pérez de Freitas Filho
Raul Freire Belmino da Costa
Ravick Araujo Marques
Roger Cauã Arrais Silva
Samuel Alesxandro Apolinario Xavier
Sânia da Silva Costa
Tamires Pimentel Torres



Referências Bibliográficas

INFOMONEY. Guia de macroeconomia. **InfoMoney**, 4 jan 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/macroeconomia/>. Acesso em: 11 out. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Focus**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250509.pdf> acessado em: 12 mai. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Copom eleva a taxa Selic para 14,75% a.a.**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20655/nota> acessado em: 12 mai. 2025.

FERRARI, Hamilton. **Ex-diretora do BC espera Selic de 15% até junho de 2026**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/ex-diretora-do-bc-espere-selic-de-15-ate-junho-de-2026/> acessado em: 12 mai. 2025.

IEDI. **Mais juros, menos dinamismo em bens de capital**. São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20250507_industria.html acessado em: 12 mai. 2025.